



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

Considerando o decreto municipal nº 18185 de 01 de junho de 2021, que reitera o estado de calamidade pública no município de Rio Grande em razão da pandemia do Coronavírus - Covid 19.

Considerando a necessidade de continuidade e ampliação do número de testes para Covid 19, uma vez que, a demora na identificação da contaminação pode retardar a orientação e adesão adequada por parte dos usuários, quanto ao isolamento, levando a uma rápida disseminação e contágio coletivo.

Considerando que o diagnóstico pela técnica RT PCR, é padrão e permite a identificação da COVID-19 em pacientes, otimizando a utilização de leitos e medidas de vigilância de forma oportuna.

Considerando que o município do Rio Grande, solicitou ao Ministério da Saúde 5.000 kits de PCR para rastreio, sendo que os kits que receberemos serão do fabricante Allplex, 2019-nCoV Assay.

Considerando a elevada demanda de casos suspeitos, em média 1.100 exames semanais, com indicação para realização de teste RT PCR.

A contratação ora pretendida justifica-se em virtude da necessidade de detecção rápida do coronavírus (SARS-COV-2), em conformidade com as medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus, bem como, o recebimento dos kits, enviados pelo Ministério da Saúde.

2. DO OBJETO:

2.1. Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços laboratoriais de análises clínicas, visando à identificação do coronavírus (Covid 19), para realização de exames de Diagnóstico Molecular COVID-1 RT-PCR, detecção qualitativa de SARS-CoV-2 em tempo real, por meio de amostras de *SWAB* da nasofaringe de humanos, a fim de atender os usuários do Sistema Único de Saúde-SUS do Município de Rio Grande/RS.

2.2. Credenciamento de empresas para realização de exames para detecção do COVID 19, que tenham capacidade técnica e operacional.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

2.3 O fornecimento/prestação dos serviços do (s) objeto (s) do Credenciamento será conforme a programação da Secretaria Municipal de Saúde.

2.4. Os serviços a serem executados constam na tabela abaixo;

1) Disponibilização de KITS, recolhimento, análise e resultado(laudo):

ITEM	Quantidade	Valor Unitário	VALOR Total
DISPONIBILIZAÇÃO DE KITS DE COLETAS, RECOLHIMENTO, TRANSPORTE E ANÁLISE DAS AMOSTRAS, E EMISSÃO DE LAUDO DE EXAMES RT PCR PARA COVID-19	5.0000	R\$ 149,00	R\$ 745.000,00

2) Recolhimento, análise e resultado:

ITEM	Quantidade	Valor Unitário	VALOR Total
RECOLHIMENTO, TRANSPORTE E ANÁLISE DAS AMOSTRAS, E EMISSÃO DE LAUDO DE EXAMES RT PCR PARA COVID-19	5.0000	R\$ 95,00	R\$ 475.000,00

2.5. Referente ao objeto 1, os credenciados deverão disponibilizar os kits para coleta, no Centro de Saúde Posto 4, na rua Av. Major Carlos Pinto nº55, Cep: 96211021 junto a equipe do Setor de Vigilância Epidemiológica, sendo entregas periódicas diárias de acordo com a capacidade exigida pelo setor de Vigilância Epidemiológica.

2.6 Em relação ao objeto 1 e ao objeto 2, o recolhimento das coletas deverá ser feito diariamente, de acordo com o fluxo indicado pelo setor de Vigilância Epidemiológica.

2.7 Os Laudos dos objetos 1 e 2, deverão ser entregues em até no máximo 12h após a coleta, e entregues no Centro de Saúde Posto 4.

4. DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIFICAS:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

Deverá ser executado teste laboratorial para identificação do vírus do novo Coronavírus (COVID-19), realizado por meio da técnica de RT-PCR.

A realização da coleta de amostra respiratória indicada para teste em casos suspeitos de infecção por COVID-19 se dará nos serviços de referência da rede municipal, mediante solicitação médica e notificação no sistema e-SUS Notifica.

Os laudos deverão ser emitidos no tempo máximo de 12hs, a partir do recebimento da amostra no laboratório, com a devida interpretação, de segunda a segunda-feira.

Excepcionalmente, o paciente poderá ser reconvocado para realização de uma segunda coleta de amostra biológica.

A análise do resultado deve considerar o tempo decorrido entre o início dos sintomas e a coleta da amostra.

Resultados “inconclusivos” não permitem excluir a presença de SARS-CoV2, causador da COVID-19 na amostra. Sugere-se repetir o exame com nova amostra, a critério do profissional de saúde solicitante.

A empresa Contratada deverá situar-se no município do Rio Grande ou em até 100km de distância deste, visando a maior rapidez para o recolhimento, transporte e análise das amostras.

O serviço aqui previsto deverá ser realizado pela Contratada após o recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria de Município da Saúde a qual se obriga a realizar tal serviço com pessoal qualificado, mediante emprego de atendimento e técnicas adequadas;

A Contratada deverá prestar o serviço com equipe técnica composta por profissionais especializados, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos respectivos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem exceção de qualquer modalidade;

Manter o armazenamento e guarda dos exames e seus backups, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007 e Parecer nº 10/2009 do Conselho Federal de Medicina.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

Ao encerramento do contrato, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos deverão ser transferidos para a CONTRATANTE, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional.

A execução dos atendimentos deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.

4. HABILITAÇÃO: Documentos de habilitação:

- a) Estatuto Social ou Contrato Social e alterações posteriores, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos onde conste, dentro dos seus objetivos, a prestação dos serviços indicados;
- b) Proposta de procedimentos máximos ofertados;
- c) Cópia completa do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde CNES;
- d) Comprovante de endereço, Telefone para contato e e-mail;
- e) Alvará Sanitário atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual;
- f) CRM do estabelecimento e inscrição do responsável técnico;
- g) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal;
- h) Certidão de Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com no mínimo 03 (três) anos de cadastro ativo;
- i) Certidão Negativa de Débito – Fazenda Municipal;
- j) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais;
- k) Certidão de Regularidade do Fundo de garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

- m)** Certidão de falência e concordata;
- n)** Curriculum Vitae resumido do Responsável Técnico (cópia da C.I., diploma e certificados de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe);
- o)** Registro do responsável técnico da empresa no CRM;
- p)** A empresa vencedora deverá estar inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Medicina - CRM de sua jurisdição e ter como responsável técnico um médico, conforme Resolução CFM nº 2107/2014;
- q)** declaração do proponente de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento;

Parágrafo Primeiro: Os documentos mencionados acima deverão ser comprovados perante a Secretaria promotora do Sistema de Credenciamento, a SMS, ficando à disposição das interessadas do credenciamento o Setor de Planejamento, sito à Rua Marechal Floriano, nº 05, Centro, nesta, horário de expediente das 08:30hs até 17:00hs, o qual fará a devida análise e aprovação da adesão.

Parágrafo Segundo: Da decisão relativa à aprovação ou não da adesão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO: CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O contratado deverá possuir metodologia reconhecida pela OMS e validade pelo Lacem/RS (Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul);

O contratado deverá disponibilizar os equipamentos e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades;

Os pagamentos referentes aos procedimentos realizados poderão sofrer as retenções previstas na legislação.

Não poderá exercer atividade, por credenciamento, o profissional, que for servidor público em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento;

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O CREDENCIANTE realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, que designará servidor para tanto, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do(a) contratado (a) na prestação do serviço, objeto desse Termo;

8. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos serão da fonte do Teto Financeiro da Média e Alta Complexidade ou Enfrentamento da Emergência Covid 19, ou outra que venha a ser publicada, com o mesmo objeto, durante a vigência do contrato.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO:

Mensal, mediante processamento da produção apresentada e aprovada pelo setor responsável. A Contratada será remunerada mensalmente, calculado com bases nos dados de produção enviados mensalmente pela contratada e ratificados pelo setor de urgência e, emergência. Entende-se por exame executado, para fins quantitativos aqueles realizados, laudados e entregues.

A Contratada deverá apresentar à Contratante relatório de produção de forma legível contendo relatório dos procedimentos realizados e comprovação do paciente e do profissional, através de planilha contendo número de memorando de autorização, nome do paciente, data e valor. Os documentos comprobatórios da execução dos serviços efetivamente prestados dentro da vigência do mês deverão ser encaminhados até o final da primeira semana do mês subsequente.

O critério de medição de serviço é o número de exames devidamente laudados e entregues, comprovados através de relatório no qual conste o nome dos pacientes, exames realizados, data de realização do exame e número de documento de identificação (cartão SUS, CPF, Identidade ou outro que o substitua quando aplicável), o qual será comparado com os registros de encaminhamento/agendamento realizado pela SMS e exames recebidos;

10. DOS PRAZOS:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

- a) Este credenciamento terá a vigência de 60 meses a contar da data de publicação do edital de chamamento.
- b) As contratações serão efetivadas com base neste Termo de Referência, nas normas vigentes, na comprovação dos requisitos técnicos e de acordo com a capacidade instalada de cada prestador.
- c) A quantidade de serviços a ser contratada dependerá da oferta de procedimentos constante nas propostas de modo a atentar que a oferta propicie os atendimentos em local mais próximo possível da residência dos usuários.
- d) A Administração **não se obriga a contratar todos os serviços oferecidos pelas instituições habilitadas**, mas a quantidade necessária para atender à demanda do Município.
- e) O prazo para adesões a este credenciamento será de 60 (sessenta) meses, a contar da data que será mencionada no Edital de Chamamento Público para início do processo, sendo que o conjunto dessas adesões poderá ser encerrada a qualquer tempo, se este for o interesse da Administração Pública.
- f) Qualquer credenciamento poderá ser encerrado pela Administração Pública, respeitado o devido processo legal, por descumprimento das disposições relativas a este Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA Contratada:

11.1 As contratações serão efetivadas com base neste Termo de Referência, nas normas vigentes, na comprovação dos requisitos técnicos do prestador.

10.1 A contratada deverá manter cadastro e prontuários dos usuários do SUS sempre atualizados no Programa Informatizado disponibilizado pela SMS, o qual a contratada deverá ter conhecimento, permitindo o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços;

10.2 Em nenhuma hipótese e sob nenhuma forma, a contratada poderá divulgar cadastro, avaliação, arquivo e imagens dos usuários do SUS para interesse próprio;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

- 10.3 São de inteira responsabilidade das instituições contratadas, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do Termo de Credenciamento.
- 10.4 Quando, por qualquer motivo, houver a interrupção dos atendimentos a contratada deverá informar tal situação com, no mínimo, 15 dias de antecedência, a data de interrupção dos atendimentos e a data de retorno às atividades.
- 10.5 Em caso de interrupção por causa inesperada, a situação deverá ser informada imediatamente após a sua ocorrência, bem como a previsão de retorno dos atendimentos.
- 10.6 O prazo máximo de interrupção deverá ser de até 30 dias consecutivos. Quando a interrupção exceder este prazo acarretará no descredenciamento da mesma.
- 10.7 Não utilizar nem permitir que terceiros se utilizem de dados dos pacientes para quaisquer fins não previstos neste contrato;
- 10.8 Apresentar Nota Fiscal de prestação de serviços junto com o relatório mensal com os quantitativos e prazos de atendimento por tipo de laudo;
- 10.9 A CONTRATADA será penalizada sempre que houver falta dos resultados dos diagnósticos no prazo estabelecido no contrato. Quando emitir laudos e resultados errados ou quando tiver falha na execução do contrato.
- 10.10 Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem AUTORIZAÇÃO EXPRESSA do executor do Contrato.
- 10.11 Deverá disponibilizar todos os registros de laudos e documentos do serviço prestado para a CONTRATANTE, assim que solicitado por esta última.
- 10.12 Responsabilizar-se totalmente por todos os encargos e ônus da legislação trabalhista previdenciária e fiscal, bem como os seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, cujo cumprimento poderá ser exigido pela CONTRATANTE sempre que lhe parecer necessário.
- 10.13 Prestar informações e esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, em relação ao objeto deste contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

- 10.14 Oferecer canal direto de comunicação permanente entre os especialistas que elaborou analisou e emitiu laudo/resultado do exame, com o objetivo de esclarecer alguma informação do laudo ou discutir o caso.
- 10.13 Enviar os dados de fechamento de atendimento na data de 20 a 30 do mês correspondendo ao período de 21(vinte e um) do mês anterior e 20(vinte) do mês subsequente.
- 10.15 Garantir a adequada comunicação entre os sistemas utilizado pela SMS e o sistema de emissão de laudos utilizado pela Contratada.
- 10.16 Manter durante todo o contrato as mesmas condições exigidas neste Termo de Referência;
- 10.17 Os prestadores receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores **previstos** neste Termo de Referência para cada exame e de acordo com o quantitativo de exames realizados. Eventual cobrança de qualquer valor excedente aos pacientes ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;
- 10.18 Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para execução do objeto contratado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:
- 11.3 Realizar coletas e disponibilizar as amostras, previstos neste Termo de Referência, deixando a disposição, por meio físico para a CONTRATADA recolher, transportar, analisar e posterior emissão do resultado do exame.
- 11.5 Nomear fiscais para o contrato e prestação e declarar a execução do serviço e esclarecimento de qualquer item e/ou dúvida decorrente do cumprimento, objeto deste instrumento convocatório.
- 11.6 Fiscalizar e atestar os serviços para fins de liquidação e pagamento.
- 11.7 Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura.

11.7 Realizar o pagamento pela execução do objeto contratual, de acordo com o Relatório de apresentação do quantitativo de realização dos Laudos.

12. Das Penalidades e Sanções:

1) Ao contratado que descumprir total ou parcialmente, ainda que temporariamente, as obrigações assumidas ou o licitante que cometer atos visando a frustrar os objetivos do certame, serão aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Município por dois anos.

2) Estas penalidades ou sanções podem ser aplicadas caso falhar a execução do contrato, ensejar retardamento da execução do objeto contratual e comportar-se de modo inidôneo.

3) Penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a multa, vedada sua aplicação com as demais sanções, por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- a) Fica vedada a cobrança de valores complementares aos usuários, bem como acréscimos e/ou supressões de serviços contratados, além dos autorizados em solicitação da SMS;
- b) O prestador deverá apresentar em proposta comercial os procedimentos ofertados, bem como sua capacidade máxima instalada para execução;
- c) Durante execução, o quantitativo de exames previstos neste termo poderá ser readequado (aumento ou redução), se verificada existência de demanda reprimida ou necessidade de expandir/reduzir capacidade de determinada oferta, mediante justificativa do Gestor Municipal e em conformidade com a disponibilidade financeira do SUS no Município;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

- d) As instituições credenciadas ficam, desde já, cientes de que os exames contratados serão realizados mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme critérios técnicos e fluxos pré-definidos por esta pela SMS;
- e) Convocada para assinatura do Contrato, a selecionada não poderá se furtar de prestar serviços, conforme os valores estabelecidos neste documento, ficando esclarecido que a desistência posterior, sem respeito aos prazos de credenciamento, poderá acarretar as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.
- f) Será descredenciada, a qualquer tempo, a instituição que não mantiver, durante o curso de Contrato, as mesmas condições que possibilitaram o seu credenciamento, bem como a que rejeitar qualquer paciente, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a sua conduta, ou, ainda aquela cujo contrato venha a ser rescindido;

Rio Grande, 07 de junho de 2021.

ZELIONARA BRANCO
Secretária de Município da Saúde